



# 1º Encontro Nacional de Mulheres Sobreviventes do Cárcere e Familiares

---

## **INFORME**

“

Além dos nossos presos,  
nossos mortos também tem voz.

”



O **1º Encontro Nacional de Mulheres Sobreviventes do Cárcere e Familiares**, organizado pelo **Projeto Gênero e Drogas do Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC)** aconteceu nos dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro.

Trinta mulheres, representando dezesseis organizações e onze estados brasileiros, se reuniram virtualmente para falar de suas vivências e demandas. Também estavam presentes como ouvintes, representantes de organizações que atuam pelo desencarceramento e instituições patrocinadoras de projetos.

O Encontro iniciou seu percurso ouvindo as **trajetórias das mulheres sobreviventes e familiares ali presentes e como o cárcere afeta suas vidas**. As mulheres nomearam uma palavra para representar como estavam chegando ao encontro, provocando um mergulho em “esperança”, “ansiedade”, “vitória”, “liberdade”, “resistência” e outros sentimentos trazidos ali.

Foram discutidos os cenários de **violações históricas e estruturais perpetuadas pelo Estado contra as populações selecionadas pela prisão**, em sua maioria negra, pobre e periférica, e quais impactos a pandemia de covid-19 trouxe para esse contexto. Dentro dessa perspectiva, as ausências e violências do cárcere ressaltadas são: falta de acesso à informação processual, ao acompanhamento de saúde, à medicação, à produtos de higiene, à roupas, à espaço adequado para dormir, à educação, ao trabalho, às condições sanitárias, como água corrente, água potável, alimentação adequada, banho de sol, dentre exemplos que não se exaurem.

A estigmatização das pessoas em situação de prisão, sobreviventes e familiares, cada uma com suas especificidades, também foram debatidos. **O estigma que é construído pela ideia da criminalidade**, pelo tratamento recebido durante o processo criminal, durante as audiências de custódia e dentro das unidades pelos agentes e profissionais, **dificulta diretamente o acesso ao mercado de trabalho, às escolas e instituições de ensino, aos acessos à assistência depois do cumprimento da pena**. Esse estigma, portanto, faz perpetuar um ciclo de vulnerabilização contra as mesmas populações.



Acerca do cenário de violência institucional, as participantes também compartilharam suas histórias de dor e perda: **“o cárcere é uma pena de morte não declarada”**. Elucidaram ainda sobre o genocídio em curso operado pelo Estado, que vai “matando aos pouquinhos” e por vezes é fatal. Marcaram, nesse contexto, que essas **ações que integram um projeto necropolítico próprio operado contra as populações negras e periféricas precisam ter fim**.

Esse cenário de profunda dor e desumanização foi agravado pela pandemia. Os relatos foram evidenciando como a crise sanitária e humanitária de covid-19 não criou por si violências novas, mas em um ambiente “em que ninguém vê”, alargaram-se as violações e abandonos. Diante da Recomendação 62/2020 do CNJ de março de 2020, que indica medidas a serem tomadas para a prevenção da disseminação do vírus sars-cov-2, como a soltura de pessoas pertencentes a grupos de risco — medida essa adotada por diversos países ao redor do mundo, **o Brasil registrou contínuo aprisionamento de pessoas, inclusive para delitos que permitem a aplicação de outras medidas punitivas alternativas à prisão**.

As secretarias estaduais de administração penitenciária **suspenderam as visitas de familiares e entes queridos**, por significativos períodos durante a pandemia, deixaram de ter qualquer contato com seus familiares no cárcere. **O contato familiar desempenha um papel que vai além da manutenção dos laços e afetos** que são imprescindíveis para sobreviver à prisão, também são as visitas que suprem as necessidades por itens básicos como de higiene, roupas, medicações e alimentos; que ouvem os relatos sobre violações e torturas e, informam a comunidade e as autoridades, além de realizarem o papel de atualizar as pessoas presas sobre seus processos, diante da insuficiência de advogados e defensores.

Foram relatadas outras violações que se intensificaram, como a distribuição de alimentação absolutamente imprópria para consumo, podre, crua e em pouca quantidade; a aplicação de castigos; as violências racistas, sexistas e lgbtfóbicas.



Em razão de toda a carga física e psicológica imposta pelo cárcere, o apoio durante e após o aprisionamento é fundamental, pois **as mulheres relataram que o acolhimento e a parceria na luta por direitos é essencial para tentar superar os danos causados pela passagem em prisões.** Com isso em mente, a proposta a partir dessa troca de experiências foi pensar em alternativas à prisão e à reincidência, como o acesso à educação, cursos, acesso ao mercado de trabalho, alternativas ao encarceramento (progressão de regime, lei de execução, etc).

Destacou-se como encaminhamento urgente o devido funcionamento das políticas de atenção com atendimentos multidisciplinar e integrado, oferecimento de apoio psicológico para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares - tendo em mente ações para que profissionais não reproduzam discursos violentos menosprezando as vivências das mulheres.

No último dia de encontro, foi lançado um desafio: **as mulheres presentes representantes de seus estados, se reuniram para elaborar encaminhamentos e demandas pela luta e pelos direitos das pessoas vítimas do sistema penal.** Já as organizações participantes, se encontraram para debater sobre **como apoiar o fortalecimento das mulheres e o protagonismo de sobreviventes e familiares na atuação pelo desencarceramento.**

Após esse momento, as elaborações foram compartilhadas entre os grupos e foi construído um manifesto endereçado a toda população, a todos os órgãos públicos e organizações preocupados com as necessidades de encaminhamento acerca do encarceramento no Brasil.

Andrea MF, uma das mulheres presentes, artista, militante e representante do movimento **“Mães do cárcere”** fez uma intervenção artística, contando pelo rap sua história que representa tantas outras e convocou a todas para lutar coletivamente pelos direitos das pessoas em situação de prisão. O Encontro foi considerado uma **oportunidade única** para transformar dores individuais em potência para a luta coletiva.



## Agradecimentos às instituições participantes:

AFAP (SP)  
Agenda Nacional pelo Desencarceramento (Nacional)  
AMPARAR (SP)  
Coletivo Libertas (SP)  
Coletivo Rosas no Deserto (DF)  
Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional (CE)  
Comissão pelo desencarceramento de Bento Gonçalves (RS)  
Frente Estadual pelo Desencarceramento - Amazonas (AM)  
Frente Estadual pelo Desencarceramento - Bahia (BA)  
Frente Estadual pelo Desencarceramento - Sergipe (SE)  
Frente Estadual pelo Desencarceramento - São Paulo (SP)  
Frente Estadual pelo Desencarceramento - Paraná (PR)  
Frente Estadual pelo Desencarceramento - Pernambuco (PE)  
Movimento Liberdade e Cidadania - MLC (PE)  
Movimento de Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade (RS)  
Movimento Mães de Cárcere (SP)  
Nós por Nós (SP)  
Tod@s Unid@s (RJ)  
União Brasileira de Mulheres (PR)

## E às instituições apoiadoras:

Criola  
OAK Foundation  
Sou da Paz  
Conectas Direitos Humanos  
Instituto Pro Bono  
Fundo Brasil de Direitos Humanos  
Cooperativa Libertas  
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)  
Pastoral Carcerária Nacional  
Pastoral Carcerária de Pernambuco  
Pastoral Carcerária do Paraná  
Provida Pernambuco